

# Nos interstícios da atuação da política social: os caminhos de uma política pública de juventude em Governador Valadares – MG.

GT22: Sociologia da infância e juventude

Jorddana Rocha de Almeida<sup>1</sup>

## Resumo:

Este artigo discute as percepções e resultados de uma investigação sobre a atuação da Coordenadoria Especial de Juventude de Governador Valadares – Minas Gerais, focando nos aspectos de concepções de juventude, focalização e promoção da participação juvenil. Os dados foram coletados em 2010, através da observação participante, análise de documentos e entrevistas em grupo e individuais com os três coordenadores da política. A análise dos dados coletados permitiu identificar que a Coordenadoria Especial de Juventude considera os aspectos que compõem o objeto de análise em sua atuação, ao mesmo tempo em que revela as contradições existentes, interna e externamente, no processo de execução da política e expressa à busca da sua efetivação enquanto política pública de juventude.

**Palavras-chave:** Juventude, Políticas Públicas, Educação.

En los intersticios de la ejecución de la política social: los caminos de la política pública de la juventud en Governador Valadares - MG.

## Resumen:

Este artículo analiza las percepciones y los resultados de una investigación respecto a las actividades del Coordinador Especial de la Juventud en Governador Valadares - Minas Gerais, centrándose en los aspectos de las concepciones de la juventud, en el enfoque y la promoción de la participación juvenil. Los datos fueron recogidos en 2010 a través de la observación participante, el análisis de documentos y entrevistas individuales y grupales con tres coordinadores. El análisis de datos identificó que el Coordinador Especial de la Juventud considera los aspectos que conforman el objeto de análisis en sus operaciones, mientras revela las contradicciones, internas y externas, en el proceso de implementación de la política, y además expresa la búsqueda por su eficacia como una política pública de la juventud.

**Palabras clave:** Juventud, Políticas Públicas, Educación.

## 1. Introdução

Neste artigo, busca-se discutir as percepções e resultados de uma pesquisa realizada com os jovens coordenadores sobre a atuação da Coordenadoria Especial de Juventude de Governador Valadares – MG. Teve como objetivo central a análise da atuação da Coordenadoria, como uma iniciativa no contexto das políticas públicas para a juventude. Enfoca os aspectos de concepções de juventude, focalização e promoção da participação dos jovens do município. A pesquisa proposta insere-se no campo de estudos sobre políticas públicas para a juventude e ancora-se no paradigma de

---

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia, pós-graduanda em Psicologia Escolar e Educacional, aluna do Programa de Pós-Graduação e membro do Observatório da Juventude da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e professora da Faculdade de Educação e Letras da Universidade do Vale do Rio Doce (UNIVALE).

juventude que compreende os jovens como sujeitos-cidadãos de direitos, agentes e protagonistas da sua própria história.

Esta pesquisa, de cunho qualitativo, visou analisar a atuação da Coordenadoria Espacial de Juventude de Governador Valadares-MG em seus processos de concepção, elaboração e implementação de espaços e tempos de participação das juventudes. A coleta de dados foi realizada por meio de observação participante, análise de coleta de dados, entrevistas de grupo e individuais. Os sujeitos da pesquisa foram os três coordenadores.

No contexto desta análise sobre o tema juventude e políticas públicas, a compreensão sobre o processo de efetivação dessa política, pretende contribuir para a discussão teórica sobre políticas de juventude e para o redirecionamento dos caminhos a serem percorridos por essa temática.

O texto parte de uma discussão mais aprofundada sobre a categoria de juventude e políticas públicas de juventude, apontando concepções teórico-críticas, aspectos históricos, sociais e políticos que contextualizam a relação entre juventude e políticas públicas. Em seguida partimos para a descrição das percepções dos jovens pesquisados, bem como as interpretações dos elementos encontrados no processo da pesquisa, e finalizamos com os resultados da pesquisa desenvolvida.

## **2. Condição Juvenil: juventude ou juventudes?**

É possível observar que o tema da juventude desaparece no interesse das ciências humanas, no Brasil, após década de 60, como se o sujeito-jovem se tornasse invisível como ator e interesse para a análise teórica e reaparece no final da década de 80, a partir da mídia, como sujeito de investigação das ciências sociais. (SPOSITO, 1996 apud DAYRELL, 1996).

A proposta dessa discussão é colocar em pauta a questão da juventude, esclarecer de que jovens estamos falando, quais as noções de juventude que se constroem e qual é a noção com a qual operamos. Essa proposta se fundamenta nas discussões recentes sobre juventude, tendo como principais referências Dayrell (1996, 2003), Sposito (1996) e Correa (2008).

Correa (2008) destaca a condição juvenil, como os modos jovens de ser e estar no mundo, em outras palavras, a juventude é percebida como um tempo social, no qual se constituem identidades individuais e sociais, e os sujeitos são atores que atribuem sentidos à sua experiência social. Os jovens são iguais, porém diferentes, cada sujeito, de acordo com suas experiências, histórias e relações sociais, constitui um modo de viver esta fase da vida, isto é, constitui as situações juvenis.

Neste ponto do caminho que estamos percorrendo, nos torna necessário problematizarmos essas imagens pré-estabelecidas, formadoras de modelos que nos impedem, muitas vezes, de compreender de que jovens estamos falando. Quem são eles? Quais são os seus modos de ser jovem, de se afirmarem no mundo como tal? Será que é possível, através dessas imagens construídas, realmente percebermos e compreendermos esses/as jovens como sujeitos?

É preciso esclarecer que definir categoricamente o conceito de juventude não é tarefa fácil, devido os seus aspectos históricos e culturais. Vários autores já se debruçaram sobre o tema, desenvolvendo um trabalho muito eficaz, no qual nos trouxe contribuições importantes, mas não é o meu propósito resgatar toda essa discussão.

Aqui me proponho a explicitar a noção de juventude com a qual opero e assumo em diálogo com alguns/a autores/as.

Segundo Peralva (1997) a juventude é uma condição social e ao mesmo tempo, um tipo de representação. Para ela, se há um caráter universal, este está relacionado às transformações biológicas,

psicológicas e físicas da faixa etária, porém, cada sociedade, em cada tempo histórico vai lidar de diversas formas com esse momento, com base nas condições sociais, culturais, de gênero, entre outros aspectos.

Não cabe neste contexto uma concepção de juventude resumida a um momento de transição para a fase adulta, marcada por mudanças biológicas e psicológicas como características universais. É preciso compreender o conceito de juventude a partir da perspectiva da diversidade, que implica em sair dos critérios pré-estabelecidos e percebê-la como parte de um processo de crescimento totalizante, um processo mais amplo na construção dos sujeitos e que, ao mesmo tempo, possui suas especificidades de acordo com as experiências vivenciadas pelos sujeitos no seu contexto social. “A juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem; ela assume uma importância em si mesma”. (DAYRELL, 2003, p. 42).

A perspectiva da diversidade implica, portanto, em considerar a juventude como juventudes, no plural, para enfatizar que não existe uma única juventude, como modelo padrão, e sim juventudes que se constituem a partir da diversidade de modos de “ser jovem” existentes. Cada um de acordo com a sua história, contexto, percepções sobre o mundo e lutas de sobrevivência que se tecem a cada dia na vida de jovens que são indivíduos que habitam o mundo, mas também sujeitos-cidadãos que se fazem no mundo e com o mundo, se manifestam, incomodam e, portanto, transformam o mesmo mundo.

Dessa discussão compreendemos o/a jovem como agente, protagonista e sujeito da sua própria história. “Ser” capaz de se relacionar com o mundo, significando-o e resignificando-o, dando sentido a essas relações e se colocando no mundo. Ou seja, uma perspectiva que percebe o jovem como sujeito social (CHARLOT, 2003) que constrói a sua história, a partir de relações com os demais sujeitos ao seu redor, e ao mesmo tempo é um sujeito ativo que age no mundo e sobre ele, produz e é produzido constantemente na dinâmica das relações.

Neste aspecto, Sposito (1996) nos chama a atenção afirmando que é preciso considerar a juventude como um momento rico em manifestações de sociabilidade, enfatizando a força das formações coletivas e grupais.

Portanto, faz-se necessário redimensionar o olhar para esses e essas jovens que se manifestam, com os seus diversos modos de ver, perceber, sentir, pensar, expressar e agir no mundo, fazendo diferença no tocante à realidade em que vivem e às relações por eles estabelecidas. Assim sendo, torna-se necessário articular a noção de juventude com a de políticas públicas de juventude.

### **3. Juventude e Políticas Públicas**

Partimos da perspectiva de políticas públicas de juventude afirmativas, que se referem à garantia dos direitos sociais negados historicamente para este segmento da população. A escala demográfica do Brasil indica que os jovens são cerca de 33 milhões com faixa etária entre 15 e 24 anos, oscilando entre 19% e 21% de toda a população do país. Ou seja, milhares de jovens vítimas dessa dívida do Estado, vivendo em condições precárias, nas quais, a maioria não possui os equipamentos sociais necessários para suprir as múltiplas necessidades de desenvolvimento. Revelam-se péssimos indicadores sociais, principalmente para jovens, de diferentes faixas etárias, oriundos das camadas populares.

O caminho rumo às políticas públicas de juventude nos reporta primeiro a olharmos para os jovens brasileiros e pensarmos sobre eles, considerando o seu contexto de disparidades sócio-culturais e os diferentes e diversos contextos nos quais se constroem com sujeitos.

Em diálogo com Dayrell (2003) afirmamos que a situação dessas parcelas de jovens se agrava pelo encolhimento do Estado na esfera pública, que durante anos não ofereceu, conforme a demanda, soluções por meio de políticas públicas que contemplassem verdadeiramente a juventude, privatizando e despolitizando as condições de vida.

Segundo Martins (1997) a proposta do modelo socioeconômico é a implementação de políticas propositais, com exclusivos objetivos de reprodução e garantia do capital, num contexto de uma nova desigualdade social, isto é, o esgotamento das possibilidades de mobilidade social. Em outras palavras, uma sociedade – capitalista – que inclui precariamente, ofertando formas frágeis e insuficientes de inclusão, uma inclusão excludente.

De acordo com Dayrell (2003) no período da década de 90 e nos dois primeiros anos do século XXI não se registrou a existência de políticas nacionais integradas para a juventude, contrariamente, havia ações governamentais fragmentárias no âmbito de vários ministérios e secretarias de governo, tanto da esfera da União, quanto dos estados e municípios.

Sendo um dos nossos objetivos analisar a focalização das políticas públicas de juventude, em diálogo com Dayrell (2003) e Sposito (2002), ressaltamos sobre o recorte etário e socioeconômico do ECA e enfatizamos o questionamento sobre a descontinuidade de ações para os jovens que atingem a maioridade. Esse recorte etário de um lado exclui um amplo conjunto de jovens que atingiram a maior idade, mas que ainda vivem a condição juvenil e de outro, os segmentos juvenis que estão além dos segmentos em processo de exclusão.

No Brasil não existem políticas nacionais integradas e concebidas para a inclusão social, cultural e política dos/as jovens. O que existe é um quadro de ausência de projetos globais, diversos, decisões de governo para suprir necessidades emergenciais e pontuais, quando, na maioria das vezes, as mesmas partem da pressão da opinião pública. O autor salienta que a ausência de conhecimento científico sobre a situação juvenil pode ser apontada como um dificultador para orientação das políticas, favorecendo a orientação a partir da “administração de problemas por solução e crise” (DAYRELL, 2003, p. 14).

Dayrell (2003), em seus estudos argumenta que as políticas públicas brasileiras se caracterizam pela fragmentação, descontinuidade administrativa, superposição, centralidade na oferta, com instrumentos de avaliação e controle precários e inadequados, além da desconsideração da demanda efetiva dos sujeitos. Possuem dificuldades para a separação entre sistema de formulação e implementação da política, desarticulação entre a política econômica e social e dificuldade para elaboração de políticas focais. “As políticas públicas de juventude no Brasil teriam o grande defeito da falta de focalização, sendo reformulada sem definição da clientela prioritária” (*ibidem*, 2003, p. 14).

Outra questão apontada pelo autor é que em geral, as políticas públicas para os jovens são elaboradas conforme a ótica dos adultos e não dos direitos da juventude. Neste sentido é também desafio para as políticas públicas de juventude a capacidade dos planejadores de estabelecer condições favoráveis de participação dos jovens, na investigação da condição juvenil, elaboração da proposta, implementação das ações e avaliação dos processos.

Sposito e Carrano (2003) apontam que as políticas públicas de juventude devem ser analisadas ainda a partir dos modos de praticar a ação pública, do exercício do governo – abertura ou não de participação dos atores – e das relações entre Estado e sociedade civil na construção da esfera pública. No interior do aparelho do Estado as políticas de juventude comportam diversidades de orientações, como modelos participativos ou democráticos, formas de cidadania tutelada ou apenas como forma de assistência e controle do Estado sobre a sociedade civil.

No âmbito federal das políticas públicas de Juventude, Sposito e Carrano (2003) apontam que o contexto de criação das políticas de juventude tinha como base a perspectiva de problemas sociais a serem combatidos. Nesta perspectiva a proposta se pauta por meio da prevenção, controle e/ou efeito compensatório para suprir os problemas que afetam a juventude.

Segundo os autores em meados da década de 90 nos planos local e regional começam a aparecer organismos públicos destinados a articular ações com o poder executivo e em parceria com a sociedade civil voltados para implantação de projetos e programas para a juventude. Esses novos organismos assumem caráter de assessorias, secretarias e coordenadorias, além dos possíveis conselhos de juventude. Essa nova estrutura possibilita a abertura para a participação, por exemplo, através de ações como o orçamento participativo. Abre-se para uma nova modalidade de relação entre governo e sociedade. Outra característica dos novos organismos são os gestores jovens – que em sua maioria trazem uma trajetória de militância juvenil.

Frente a esse contexto, as políticas públicas de juventudes focalizadas neste segmento, as quais consideram os jovens como sujeitos de direitos e atores, partícipes na elaboração, implementação e execução das políticas, emergem como campo favorável e legítimo para efetivação e busca dos direitos das juventudes.

#### **4. Caminhos e descaminhos de uma política de juventude**

Para elucidar a análise inicial deste trabalho, neste momento descrevo as impressões, percepções e interpretações produzidas durante a realização da pesquisa, na relação e no contato estabelecido com os sujeitos pesquisados.

Durante todo o período de realização da pesquisa, ao acompanhar as atividades da Coordenadoria, e no contato com os sujeitos pesquisados, notamos que a questão do conceito de juventude se faz presente nas conversas, nas reuniões periódicas do grupo, no planejamento de ações e propostas. As ações do cotidiano estão impregnadas de concepções de juventude, partindo do movimento de pensar o que é juventude, quem é esse jovem, para que jovem atuam e com qual jovem atuam. Ao mesmo tempo em que vivem tensões entre as concepções produzidas socialmente e expressas na população e demais gestores públicos.

Na realização das entrevistas, foi possível perceber as concepções apresentadas pelos sujeitos da pesquisa e as contradições existentes no desenvolvimento da política. O próprio fato de serem coordenadores jovens demonstra um modo de conceber a juventude, ligado a ideia de jovem como responsável, compromissado com a sociedade. Significa compreendê-lo como sujeito-cidadão, capaz de interpretar e atuar na sociedade, sujeito atuante. De acordo com Dayrell (2003) afirmamos que esse modo de ver o jovem é problematizador, uma vez que é uma forma de romper com estereótipos construídos socialmente em que o jovem não é percebido como sujeito de direito, mas sim como indivíduo em fase de transição da infância para a vida adulta, incapaz de intervir e transformar a realidade.

Outro aspecto apontado pelos sujeitos da pesquisa se refere à perspectiva que considera o tempo presente vivido. Percebemos que há uma tentativa de romper com a ideia de encarar a juventude na perspectiva de futuro, como se todas as ações do presente só se concretizassem no futuro, ou seja, uma ideia voltada para negação do presente (DAYRELL, 2003). Este se configura como mais um enfrentamento da Coordenadoria Especial de Juventude.

No contexto da atuação da Coordenadoria Especial de Juventude aparecem diversas concepções de juventude, isso é possível pelo simples fato de ser composto por três sujeitos, ou seja, cada sujeito é único, específico, possui sua historicidade e seu modo de ser e estar no mundo. Ao mesmo tempo em que é expressa uma concepção de juventude a partir da perspectiva da diversidade, na qual considera o jovem como sujeito social, único e diverso, integrante de um grupo social mais amplo com seus direitos postos e demandante de políticas públicas. Percebemos também outro olhar sobre a juventude, contraditório com a perspectiva da diversidade, pois se pretende buscar um determinado modo de ser jovem: o jovem como liderança política, aquele capaz de aglutinar outros jovens em busca de uma única causa. A esse respeito, os sujeitos da pesquisa expressam visões diferentes, uma delas enfatizando uma determinada concepção de liderança e de organização.

A busca de novas lideranças expressa neste contexto, aponta para um modo específico de ser líder ou de liderança juvenil, voltado apenas para a liderança política. Essa perspectiva busca um específico modo de ser jovem, isto é, a juventude capaz de se organizar a partir do enfoque político, não reconhecendo diversas possibilidades de organizações juvenis contemporâneas, baseadas em outros campos, mas que também constituem formas de agir sobre o mundo. Essa concepção parece ligada à ideia de permanência de modelos de juventude.

Os sujeitos da pesquisa apontam para outros desafios e enfrentamentos cotidianos em relação às divergências de concepções de juventude encontradas no processo de efetivação da política. Um desafio se coloca entre a concepção de juventude trazida e apresentada pelos coordenadores – sujeitos responsáveis pela promoção das ações da Coordenadoria Especial de Juventude de Governador Valadares - MG – e a estrutura de política pública, no enfrentamento de divergências no modo de pensar e fazer a política. Através do contado com os sujeitos da pesquisa percebemos que esta é uma realidade que se tece a cada dia, a cada planejamento, a cada ação.

Outro desafio se dispõe no enfrentamento das visões estabelecidas pelas outras pessoas que trabalham no governo e/ou na própria política de juventude em confronto com a visão de juventude e política de juventude defendida pela Coordenadoria Especial de Juventude. A tensão aqui está entre a ideia de juventude como sinônimo de ativismo em massa e a ideia de que a juventude é diversa e específica, ou seja, a condição juvenil é vivenciada diferentemente em diversos contextos e relações sociais, além de possuir suas especificidades.

Assim, analisamos que aparecem mais de um modo de conceber a juventude no contexto da Coordenadoria Especial de Juventude, tanto em relação às concepções expressas entre os sujeitos da pesquisa em grupo e individualmente, quanto em relação às divergências expostas na relação com a estrutura das políticas públicas e com outros gestores públicos. Essas contradições referem-se tanto ao modo de compreenderem a temática de juventude, como à política pública de juventude. Neste contexto, percebemos que a atuação desta política é, a todo o momento, desafiadora: no campo teórico, ao lidar com diferentes modos de conceber a juventude, e, ao mesmo tempo, afirmar determinadas maneiras de compreensão da juventude; no campo prático, ao estabelecer formas de enfrentamento para efetivação desta proposta, de uma política pública afirmativa dos direitos das juventudes.

A questão da focalização aparece como pauta nos debates tecidos entre os sujeitos da pesquisa, tanto referentes à elaboração das ações, quanto à própria ação. O contado com os entrevistados nos revela uma preocupação com essa questão, conjuntamente com a busca de romper com a realidade das políticas públicas para a juventude marcada pela falta de focalização e descontinuidade das ações.

Os entrevistados mostram que este contexto marcado pela descontinuidade e não prioridade com a juventude, como um grupo social consistente e difundido, faz parte da própria história do

município, o qual também possui uma enorme dívida com a juventude. Esta realidade contextualiza o processo de implantação da Coordenadoria Especial de Juventude, como uma iniciativa no contexto de políticas públicas para a juventude.

O contato com os sujeitos da pesquisa revela o desejo e a tentativa de rompimento com essa realidade posta. Para eles a Coordenadoria de Juventude é um espaço oportuno para mobilizar um movimento de superação rumo à efetivação da política, na garantia dos direitos sociais das juventudes.

Retomando Rúa (1998) em Dayrell (2003) os processos de desenvolvimento das políticas públicas apresentam uma descontinuidade entre a política econômica e a social. Esta realidade é colocada como um desafio para os sujeitos da pesquisa, e conseqüentemente para a Coordenadoria Especial de Juventude.

O desafio se expressa como uma angústia, uma frustração para os sujeitos pesquisados, ao mesmo tempo em que vai se configurando como uma fragilidade na elaboração de uma política focal.

Paralelo a essa realidade de divergências entre o olhar e defesa da focalização da política de juventude e a sua efetivação na atuação da Coordenadoria Especial de Juventude, são apontadas pelos sujeitos da pesquisa formas de busca dessa focalização, através das ações desenvolvidas no cotidiano da atuação deste órgão (pesquisa sobre o perfil da juventude do município, participação nos eventos e debates de outros setores públicos enfocando a temática da juventude, e outros), não desconsiderando os desafios encontrados no decorrer deste caminho.

Percebemos também que o enfrentamento dos desafios e imbricamentos de fazer a política acontecer na perspectiva da focalização na juventude, se faz presente nas linhas e entrelinhas do cotidiano da Coordenadoria, perpassam os processos de planejamento, elaboração e execução das propostas.

No que se refere ao terceiro aspecto pesquisado, faz-nos sentido apontarmos o que entendemos sobre participação juvenil. Entendemos como participação a ocupação dos jovens nos diversos espaços públicos e sociais, organicamente organizados ou não, na busca pela efetivação dos seus direitos e transformação de suas realidades. No contexto deste trabalho o termo se relaciona também à atuação das políticas de juventude do município no âmbito de oportunizar a participação do segmento juvenil na sua elaboração e execução.

Segundo Dayrell (2003) na abordagem do tema participação juvenil, faz-se necessário um movimento de desconstrução das ideias construídas socialmente acerca deste tema. “Uma primeira imagem a ser superada é aquela que restringe a ideia de participação às formas de militância nos partidos políticos ou no movimento estudantil, dois espaços tradicionais de inserção dos jovens na vida política” (*ibidem*, 2003, p.16). O autor aponta para a compreensão mais ampla deste aspecto, rompendo com a ideia de participação juvenil tomada pelo parâmetro das organizações tradicionais, esta, portanto, só contribui para reforçar estereótipos socialmente criados. Deste modo acreditamos que a juventude brasileira construiu formas de participação diversificadas que passam despercebidas ou não são consideradas devido ao seu caráter descontínuo.

Percebemos que entre os sujeitos pesquisados há uma discussão sobre essa questão, um movimento de repensar esses modelos de participação política juvenil buscando uma ampliação do pensamento e propostas de efetivação dessas ideias nas ações da Coordenadoria. Mas, percebemos que nas entrelinhas deste processo ainda restam resquícios de uma ideia que reforça estereótipos de participação juvenil. Durante uma conversa sobre protagonismo juvenil foi levantada, por um dos sujeitos pesquisados, a questão relacionada ao desafio de formar novas lideranças juvenis e concomitantemente, ao desafio de criar espaços de participação.

Ficou expresso primeiramente que há uma comparação e/ou separação das ações propostas pela Coordenadoria, àquelas ligadas às ações de cunho político – movimento estudantil, construção de marcos legais – e as demais, ligadas a cultura, esporte, lazer e outros. Percebemos que, ao mesmo tempo em que é demonstrada uma abertura para os diversos modos de participação e organização juvenil, prioriza-se a busca específica de jovens com lideranças políticas, esta voltada para os espaços de participação tradicionais, como o único potencial de liderança.

Este movimento de garantir marcos legais e ao mesmo tempo garantir a articulação de pessoas jovens no processo de participação da política corrobora com a ideia de que a não organização do segmento juvenil está relacionada à questão da participação. Será que a falta de organização orgânica da juventude está diretamente relacionada com a questão da participação juvenil ou com a continuação, ou não, da bandeira dos direitos da juventude? Quais tipos de lideranças são essas? Quem são essas pessoas? Que tipo de participação política se propõe? São questões que se colocam no debate sobre políticas públicas de juventude e participação juvenil.

Percebemos que a relação entre pesquisadora e pesquisados construída ao longo do desenvolvimento da pesquisa contribuiu para provocar nos sujeitos uma ação de reflexão sobre a própria prática. Esta reação não estava prevista nos objetivos deste trabalho, mas nos possibilitou perceber além do que está posto na aparência das relações, ver além do que está diante dos olhos e perceber as entrelinhas dos processos.

Os sujeitos pesquisados também nos revelaram alguns interstícios do processo, presentes entre o ideal de política de juventude e o real. São desafios para garantirem a proposta inicial de realização da Coordenadoria e enfrentamentos diante das diferentes maneiras de compreender o processo e a própria política. Percebemos que este contexto se faz presente na relação entre Coordenadoria e demais gestores dentro da estrutura pública, e entre os próprios coordenadores.

Um dos sujeitos pesquisados revelou mais ênfase em relação à preocupação e ansiedade de conquistar na prática, nas ações do cotidiano, a proposta inicial da Coordenadoria, “entre o ideal e o real há uma distância enorme” (Entrevistado I, entrevista individual). Essa proposta se refere ao modo alternativo de governar, voltado para a perspectiva da democracia e participação popular. Segundo o entrevistado esta tendência de limitar a ação da Coordenadoria e estreitar os espaços de participação, se faz presente entre a própria relação dos três coordenadores e reflete na relação com os jovens – público alvo – deste processo.

Segundo o entrevistado I faz-se necessário refletir na prática o discurso de protagonismo juvenil, de participação popular, gestão democrática produzido no âmbito da política de juventude. Aponta para as relações de poder que se estabelecem no interior da política em detrimento da coerência das ações e propostas com o ideal pensado para a Coordenadoria Especial de Juventude. Essas questões são representadas para o sujeito da pesquisa como angústias e frustrações em relação a sua própria atuação.

O diálogo com os autores nos afirma que o contexto das políticas públicas no Brasil é marcado pela falta de prioridade, descontinuidade e descumprimento do papel do Estado. O contato com os sujeitos da pesquisa revelou que este contexto não é muito diferente no âmbito das municipalidades, no que se refere aos contrapontos que esbarram à efetivação da proposta de uma política de juventude que percebe o jovem como ator, parceiro e sujeito do processo e que se propõe em garantir espaços de participação juvenil.



## 5. Considerações finais

Do início ao fim desta pesquisa me propus a analisar a atuação da Coordenadoria Especial de Juventude de Governador Valadares – MG, na busca de tecer o meu olhar sobre esta política em diálogo com estudiosos dessa temática. Nesta busca utilizei as lentes de pesquisadora e participei do processo de pesquisar.

No que se refere aos aspectos analisados, o contato com os sujeitos da pesquisa e a análise dos documentos revelaram os modos de compreenderem a juventude, a política pública e os modos de proporem ações para este segmento da população, aqui em enfoque.

De modo geral, portanto, a pesquisa identificou, na atuação da Coordenadoria, o reconhecimento da importância e a busca de efetivação dos três aspectos que foram analisados, buscando em suas ações, a ampliação do conceito de juventude, a busca de uma política com foco e a promoção da participação juvenil. Compreendemos também nas entrelinhas dos discursos e das práticas as contradições e desafios presentes no desenvolvimento desta política.

Ao detemo-nos na análise dos aspectos analisados, percebemos que não há uma única concepção de juventude entre os sujeitos pesquisados. Entre os sujeitos identificamos contraposição entre a perspectiva da diversidade e a ideia de modelos juvenis construídos socialmente, na busca de um determinado modo de ser jovem. Foi revelada também uma contradição entre a proposta da Coordenadoria e a estrutura pública, configurando-se num desafio a ser enfrentado, que impede a efetivação de fato da política.

Há um enfrentamento da Coordenadoria Especial de Juventude em relação à falta de recursos orçamentários para execução das propostas e a não compreensão de outros gestores sobre a política pública de juventude, sobre a questão da focalização e do compromisso social. Identificamos que há uma dificuldade em romper com a realidade das políticas de juventude no país, e a necessidade de lutar contra a reprodução das práticas recorrentes, apontadas no histórico das políticas de juventude no Brasil, nas ações da Coordenadoria, isto é, reproduzir ações descontínuas, isoladas, genéricas e desfocalizadas (DAYRELL, 2003).

Nos interstícios do processo, os sujeitos pesquisados revelam contradições existentes no âmbito da participação juvenil. Há uma distância entre o ideal da proposta da política e a sua execução na realidade, expressa entre os sujeitos e os demais gestores envolvidos no processo. Ao mesmo tempo, expressa-se uma abertura para os diversos modos de participação e a busca de determinados modos de participação juvenil voltados para os modelos de participação tradicionais – movimento estudantil e partidário. Neste aspecto, as contradições vão se configurando como desafios e angústias, representados pela incoerência entre o ideal da política e as ações propostas. Aqui o que está em jogo não são as diferenças entre os coordenadores, suas trajetórias de vida que os levam a pensar em modelos diferentes de participação juvenil, e, assim, a diversidade se expressa na própria coordenação da coordenadoria.

Portanto, compreendemos que a Coordenadoria Especial de Juventude de Governador Valadares considera, em sua proposta e atuação, os aspectos aqui apontados como indispensáveis para efetivação de uma política de juventude que garanta tempo e espaços na busca dos direitos sociais básicos da juventude. Constitui uma atuação pautada nos desafios e enfrentamentos das contradições presentes tanto entre os seus coordenadores, quanto entre a Coordenadoria e as outras instâncias do poder público municipal, e de busca de superação e efetivação da política de juventude no município. A pesquisa mostrou o movimento, a dinâmica, as contradições que fazem parte da efetivação das políticas públicas.

A análise aqui apresentada sobre a atuação da Coordenadoria Especial de Juventude permite concluir também pela relevância dos estudos sobre esta temática, no âmbito da produção científica e da reflexão sobre a temática da juventude e políticas públicas, possibilitando a construção de outros olhares e o redirecionamento dos caminhos das políticas públicas de juventude no Brasil.

### **Referência Bibliográfica**

- CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artemed. 2000.
- CORREA, L. M. **Entre Apropriação e Recusa: Os significados da Experiência Escolar para os Jovens da Periferia Urbana de São Bernardo do Campo (SP)**. Araraquara, SP. 2008.
- DAYRELL, Juarez. **O jovem como sujeito social**. In: Revista Brasileira de Educação, Associação Nacional dos Pesquisadores em Educação, nº 24, Set/ Out/ Nov/ Dez/ 2003, p. 40 – 52.
- DAYRELL, J. & CARRANO, P. 2003 **Jovens no Brasil: difíceis travessias de fim de século e promessas de um outro mundo**. (Disponível em <http://www.uff.br/obsjovem/>)
- DUBET, F. **Sociologie de l'expérience**. Seuil, Paris, 1994.
- IBGE. **Censo 2000**. Internet. [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)
- \_\_\_\_\_. **População jovem no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE/Departamento de População e indicadores sociais. Rio de Janeiro: IBGE. 1999.
- MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.
- PERALVA, Argentina. **O jovem com modelo cultural**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, ANPED, nº 5/6. 1997.
- SPOSITO, Marília Pontes. **Políticas metropolitanas de juventude: projeto temático**. São Paulo, 2002, mimeo.
- \_\_\_\_\_. **Juventude, crise, identidade e escola**. In: DAYRELL, Juarez. Múltiplos olhares sobre educação. 2 ed. Belo Horizonte: UFMG, 1996, p. 96 – 104.
- SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rorigues. **Juventude e políticas públicas no Brasil**. IN: Revista Brasileira de Educação, Associação Nacional dos Pesquisadores em Educação, nº 24, p. 16 – 39, ND. 2003 Dez.